

Vidroporto S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Condomínio Triade – Torre Nova York – Parque Faber Castell
Passeio das Castanheiras, 431 – Sala 407 a 411
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708
13560-970 - São Carlos/SP - Brasil

Telefone 55 (16) 2106-6700
Fax 55 (16) 2106-6767
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e Diretoria da
Vidroporto S.A.
Porto Ferreira - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Vidroporto S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vidroporto S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Carlos, 31 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

André Luiz Monaretti
Contador CRC 1SP160909/O-3

Giacomo Walter Luiz de Paula
Contador CRC 1SP243045/O-0

Vidroporto S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	8	18.993.798	19.792.224	Fornecedores	14	16.978.526	17.781.167
Contas a receber de clientes	9	67.232.655	44.269.761	Empréstimos e financiamentos	15	45.881.387	23.767.371
Estoques	10	45.341.943	28.431.535	Debêntures a pagar	16	32.268.271	134.562.106
Impostos a recuperar		2.566.743	9.218.181	Instrumentos financeiros derivativos	23	1.190.508	-
Imposto de renda e contribuição social	11	1.750.068	227.342	Salários, férias e encargos a pagar		3.741.387	2.424.002
Instrumentos financeiros derivativos	23	5.879.044	-	Impostos e contribuições sociais a recolher		8.077.551	5.808.840
Despesas antecipadas		113.077	81.464	Dividendos e juros sobre capital próprio		2.016.715	1.127.236
Outros créditos		2.653.294	2.353.894	Outras contas a pagar		232.922	691.409
Total do ativo circulante		144.530.622	104.374.401	Total do passivo circulante		110.387.267	186.162.131
Instrumentos financeiros derivativos	23	3.796.014	-	Empréstimos e financiamentos	15	20.826.453	12.535.070
Impostos a recuperar		5.817.851	5.510.481	Debêntures a pagar	16	108.285.469	-
Outros créditos		269.993	343.012	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	10.126.969	5.239.521
Total do realizável a longo prazo		9.883.858	5.853.493	Total do passivo não circulante		139.238.891	17.774.591
Outros investimentos		203.209	203.209	Patrimônio líquido			
Imobilizado	12	220.031.774	209.904.321	Capital social	17	95.519.401	88.340.459
Intangível		75.834	102.860	Ágio sobre a emissão de novas ações		2.238.505	2.238.505
Total do ativo não circulante		230.194.675	216.063.883	Reserva legal		4.157.879	3.627.164
				Reserva de retenção de lucros		23.183.354	22.295.434
				Total do patrimônio líquido		125.099.139	116.501.562
Total do ativo		374.725.297	320.438.284	Total do passivo		249.626.158	203.936.722
				Total do passivo e patrimônio líquido		374.725.297	320.438.284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vidroporto S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	Nota	2015	2014
Receita operacional líquida	18	191.156.307	106.107.617
Custos dos produtos vendidos	19	<u>(126.417.989)</u>	<u>(71.267.760)</u>
Lucro bruto		<u>64.738.318</u>	<u>34.839.857</u>
Outras receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	20	(7.807.443)	(6.203.195)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		<u>75.316</u>	<u>77.523</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>57.006.191</u>	<u>28.714.185</u>
Receitas financeiras	21	11.052.740	3.174.229
Despesas financeiras	21	<u>(52.557.191)</u>	<u>(18.614.360)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>15.501.740</u>	<u>13.274.054</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	-	(1.608.070)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	<u>(4.887.448)</u>	<u>(2.922.639)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>10.614.292</u></u>	<u><u>8.743.345</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vidroporto S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	2015	2014
Resultado do exercício	10.614.292	8.743.345
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>10.614.292</u></u>	<u><u>8.743.345</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vidroporto S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

			<u>Reservas de lucros</u>				
	Nota	Capital social	Ágio sobre a emissão de novas ações	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2013		<u>58.340.459</u>	<u>2.238.505</u>	<u>3.189.997</u>	<u>10.021.542</u>	<u>3.733.965</u>	<u>77.524.468</u>
Aumento de capital com recurso de acionistas		30.000.000	-	-	-	-	30.000.000
Reversão de dividendos do exercício anterior		-	-	-	1.989.220	-	1.989.220
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	8.743.345	8.743.345
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal		-	-	437.167	-	(437.167)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(628.235)	(628.235)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(1.127.236)	(1.127.236)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	10.284.672	(10.284.672)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u>88.340.459</u>	<u>2.238.505</u>	<u>3.627.164</u>	<u>22.295.434</u>	<u>-</u>	<u>116.501.562</u>
Aumento de capital com reservas	17	7.178.942	-	-	(7.178.942)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.614.292	10.614.292
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	17	-	-	530.715	-	(530.715)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	-	(2.016.715)	(2.016.715)
Reserva de retenção de lucros	17	-	-	-	8.066.862	(8.066.862)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>95.519.401</u>	<u>2.238.505</u>	<u>4.157.879</u>	<u>23.183.354</u>	<u>-</u>	<u>125.099.139</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vidroporto S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	Nota	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		10.614.292	8.743.345
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização		11.980.415	4.792.937
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4.887.448	2.922.639
Resultado na venda de ativo imobilizado		35.295	15.856
Complemento de provisão para créditos de liquidação duvidosa		65.439	-
Ajuste a valor presente do contas a receber		1.181.248	-
Ajuste a valor presente de fornecedores		(169.167)	-
Realização do custo de transação		803.206	-
Instrumentos financeiros derivativos		(8.484.550)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos		37.932.015	11.302.246
(Aumento) em contas a receber de clientes		(24.209.581)	(3.105.056)
(Aumento) em estoques		(16.910.408)	(9.128.628)
(Aumento) redução em impostos a recuperar		4.821.342	(11.726.367)
(Aumento) redução em despesas antecipadas		(31.613)	(21.786)
(Aumento) redução em outros créditos		(226.381)	(1.354.024)
Aumento (redução) em fornecedores		(2.989.036)	4.569.299
Aumento em salários, férias e encargos a pagar		1.317.385	903.107
Aumento em impostos e contribuições sociais a recolher		2.268.711	1.083.563
(Redução) em outras contas a pagar		(458.487)	(2.856.427)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		(23.167.026)	(5.601.698)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) decorrente das atividades operacionais		<u>(739.453)</u>	<u>539.006</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	24.b	(19.688.917)	(110.076.589)
Aquisição de intangível		(71.658)	(26.588)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(19.760.575)</u>	<u>(110.103.177)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Empréstimos tomados		60.397.045	140.878.342
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio		(1.127.236)	(806.235)
Integralização de capital em moeda corrente nacional		-	1.000.000
Pagamentos de empréstimos		(39.568.207)	(17.082.117)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos		<u>19.701.602</u>	<u>123.989.990</u>
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>(798.426)</u>	<u>14.425.819</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		19.792.224	5.366.405
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		<u>18.993.798</u>	<u>19.792.224</u>
		<u>(798.426)</u>	<u>14.425.819</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Vidroporto S.A. (“Companhia”) é uma entidade domiciliada no Brasil. O endereço da Companhia é na rodovia Anhanguera, km 226,8, localizada, na cidade de Porto Ferreira, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social, a produção, industrialização, comércio, importação e exportação de embalagens de vidro em todas as suas modalidades, bem como matérias primas e componentes para essas finalidades e a prestação de serviços e assistência técnica no campo de tais atividades, podendo ainda participar do capital de outras sociedades como sócia ou acionista.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2016.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na nota explicativa 6.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em reais, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 9** - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa;

- **Nota explicativa nº 11** - Mensuração do imposto de renda e da contribuição social; e
- **Nota explicativa nº 22** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

- Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e

Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de juros de ajuste a valor presente das contas a receber, reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Idade (anos)	Taxa (%)
Terrenos e edificações	6 a 59	1,69 a 16,67
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 29	3,45 a 16,67
Móveis e utensílios	6 a 14	7,14 a 16,67
Veículos	6 a 14	7,14 a 16,67

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Ativo intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia, têm vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

g. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando A Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, A Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

(v) Capital social

A Companhia possui somente ações ordinárias classificadas no seu patrimônio líquido compondo seu capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

h. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

j. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Ativos e Passivos Regulatórios)
- *Accounting for Aquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11)
- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortization* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- *Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture* (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas
- *Investment Entities: Consolidation Exception* (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28).
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa	2.080	2.036
Saldo bancário	18.765.770	1.933.901
Aplicação financeira de curto prazo	<u>225.948</u>	<u>17.856.287</u>
Caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa	<u>18.993.798</u>	<u>19.792.224</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, aplicadas em bancos de primeira linha para minimizar o risco de crédito. Esta política está adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros.

Exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 23.

9 Contas a receber de clientes

	2015	2014
Contas a receber - no país	69.433.998	45.224.407
Menos:		
Ajuste a valor presente - AVP	(1.181.248)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.020.095)</u>	<u>(954.656)</u>
Total	<u><u>67.232.655</u></u>	<u><u>44.269.761</u></u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas é divulgada na nota explicativa nº 23.

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	2015	2014
Créditos a vencer	67.834.655	43.875.718
Créditos em atraso de 01 a 30 dias	186.727	114.170
Créditos em atraso de 31 a 60 dias	34.600	-
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	493	-
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	62.203	-
Créditos em atraso acima de 181 dias	<u>1.315.321</u>	<u>1.234.519</u>
Total	<u><u>69.433.998</u></u>	<u><u>45.224.407</u></u>

10 Estoques

	2015	2014
Produtos acabados	30.009.358	14.784.842
Matérias-primas	8.543.272	7.476.277
Combustíveis	126.245	156.301
Material de embalagem	258.112	1.069.768
Materiais de manutenção	4.157.638	3.566.110
Materiais auxiliares	1.332.824	662.989
Outros materiais - insumos	<u>914.494</u>	<u>715.248</u>
Total	<u><u>45.341.943</u></u>	<u><u>28.431.535</u></u>

O estoque de produtos acabados sofreu uma evolução significativa em função da entrada em operação da nova planta industrial inicializada no final do exercício de 2014.

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência, e (ii) aos efeitos gerados pela depreciação por diferenças de taxas.

	2015	2014
Ativo circulante		
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	1.750.068	227.342
Ativo de impostos diferidos		
Instrumentos financeiros derivativos - NDF's	404.773	-
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	3.951.404	-
Ajuste a valor presente do contas a receber	401.624	-
	4.757.801	-
Passivo de impostos diferidos		
Instrumentos financeiros derivativos - NDF's	(2.645.628)	-
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	(643.892)	-
Ajuste a valor presente de fornecedores	(57.517)	-
Provisão e depreciação por diferenças de taxas	(11.537.733)	(5.239.521)
	(14.884.770)	(5.239.521)
Passivo de impostos diferidos	(14.884.770)	(5.239.521)
Saldo líquido	(10.126.969)	(5.239.521)

Movimentação das diferenças temporárias durante o exercício:

	Saldo em 31 de dezembro de 2014	Reconhecidos resultado do exercício	Saldo em 31 de dezembro de 2015
Instrumentos financeiros derivativos - NDF's		404.773	404.773
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social		3.951.404	3.951.404
Ajuste a valor presente do contas a receber		401.624	401.624
Instrumentos financeiros derivativos - NDF's		(2.645.628)	(2.645.628)
Instrumentos financeiros derivativos - Swap		(643.892)	(643.892)
Ajuste a valor presente de fornecedores		(57.517)	(57.517)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(5.239.521)	(6.298.212)	11.537.733
	(5.239.521)	(4.887.448)	(10.126.969)
Impostos diferidos (líquido)	(5.239.521)	(4.887.448)	(10.126.969)
Efeito no resultado	-	(4.887.448)	-

b. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas com imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2015	2014
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	15.501.740	13.274.054
(-) Deduções de juros sobre capital próprio	<u>-</u>	<u>(628.235)</u>
	15.501.740	12.645.819
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	5.270.592	4.299.578
Exclusões / Adições permanentes:	<u>(383.144)</u>	<u>231.131</u>
	<u>4.887.448</u>	<u>4.530.709</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	<u>-</u>	<u>(1.608.070)</u>
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(4.887.448)</u>	<u>(2.922.639)</u>
<i>Alíquota efetiva</i>	32%	35%

12 Imobilizado

	Terrenos e Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Custo						
Saldo em 1º de janeiro de 2014	13.097.435	63.452.102	380.576	1.056.218	50.274.065	128.260.396
Adições	14.509	2.114.455	69.592	648.561	111.511.063	114.358.180
Alienações	-	(16.008)	-	(26.595)	-	(42.603)
Transferências	<u>15.774.390</u>	<u>135.965.513</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(151.739.903)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	28.886.334	201.516.062	450.168	1.678.184	10.045.225	242.575.973
Adições	-	4.157.643	10.711	74.390	17.801.735	22.044.479
Alienações	-	(4.200)	-	(6.870)	(33.953)	(45.023)
Transferências	<u>2.847.055</u>	<u>23.160.464</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(26.007.519)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	31.733.389	228.829.969	460.879	1.745.704	1.805.488	264.575.429
Depreciação:						
Saldo em 1º de janeiro de 2014	(1.566.927)	(25.521.794)	(198.695)	(650.707)	-	(27.938.123)
Depreciação no exercício	(205.399)	(4.438.309)	(16.990)	(99.578)	-	(4.760.276)
Alienações	-	151	-	26.596	-	26.747
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(1.772.326)	(29.959.952)	(215.685)	(723.689)	-	(32.671.652)
Depreciação no exercício	(21.171)	(11.767.210)	27.771	(121.121)	-	(11.881.731)
Alienações	<u>-</u>	<u>2.858</u>	<u>-</u>	<u>6.870</u>	<u>-</u>	<u>9.728</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(1.793.497)	(41.724.304)	(187.914)	(837.940)	-	(44.543.655)
Valor líquido contábil:						
Em 31 de dezembro de 2014	27.114.008	171.556.110	234.483	954.495	10.045.225	209.904.321
Em 31 de dezembro de 2015	29.939.892	187.105.665	272.965	907.764	1.805.488	220.031.774

13 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados, que inclui honorários da diretoria e premiação por alcance de metas, foi de R\$ 670.194 (R\$ 556.335 em 2014).

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: alimentação, transporte, bolsa de estudos, seguro de vida, assistência médica, farmácia, educação, entre outros.

Os montantes referentes a benefícios a empregados registrados em despesas administrativas e custo do produto vendido no resultado estão apresentados abaixo:

	2015	2014
Alimentação do trabalhador	3.108.428	2.366.291
Participação nos lucros	-	871.998
Assistência médica	1.524.159	1.214.434
Seguro de vida em grupo	67.525	53.816
	<u>4.700.112</u>	<u>4.506.539</u>

14 Fornecedores

	2015	2014
Fornecedores mercado interno	14.594.709	12.434.175
Fornecedores mercado externo	2.552.984	5.346.992
Ajuste a valor presente - AVP	(169.167)	-
Total	<u>16.978.526</u>	<u>17.781.167</u>

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 23.

15 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 23.

Termos e cronograma de amortização da dívida

Termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Bancos/contratos	Número do Contrato	Data vencimento	Modalidade	Taxas		Saldo em 31/12/2014	Adições		Amortizações		Saldo em 31/12/2015	Prazos	
				Base	Spread ao Ano		Valor Liberado no exercício	Juros e variação cambial provisionados	Principal	Juros		Curto Prazo	Longo Prazo
Banco do Brasil	337003064	20/05/2015	Capital de Giro	CDI - POS	28% CDI	1.945.060	-	52.444	1.937.500	60.004	-	-	-
Banco do Brasil	337002646	20/10/2015	Capital de Giro	PRE FIX.	10,03%	1.170.711	-	47.912	1.166.667	51.956	-	-	-
Banco do Brasil	337002871	10/08/2016	Capital de Giro	CDI - POS	25% CDI	3.780.701	-	399.200	2.250.000	413.683	1.516.218	1.516.218	-
Banco do Brasil	337003344	25/08/2016	Capital de Giro	CDI - POS	34,60%	-	2.500.000	51.299	-	43.925	2.507.374	2.507.374	-
Banco Bradesco	7278409	06/02/2017	Capital de Giro	CDI - POS	3,78%	2.298.767	-	283.933	1.028.294	289.889	1.264.517	1.009.889	254.628
Banco Bradesco	7278469	06/02/2017	Capital de Giro	CDI - POS	3,78%	3.065.023	-	373.223	1.371.058	381.165	1.686.023	1.346.519	339.504
Banco Bradesco	7584385	10/05/2017	Capital de Giro	CDI - POS	3,91%	681.697	-	87.810	270.258	89.670	409.579	274.450	135.129
Banco Bradesco	858126	15/11/2016	Finame	PRE FIX.	3,00%	76.199	-	1.391	39.707	1.437	36.446	36.446	-
Banco Votorantim	206060	05/01/2017	Capital de Giro	CDI - POS	4,91%	2.782.183	-	361.105	1.294.084	365.699	1.483.505	1.367.637	115.868
Banco Citi	41708	29/01/2016	Capital de Giro	CDI - POS	3,66%	-	14.585.000	3.797.982	8.751.000	1.673.748	7.958.234	7.958.234	-
Banco Citi	43592	17/10/2017	Capital de Giro	CDI - POS	5,66%	-	11.700.000	472.759	-	-	12.172.759	6.283.831	5.888.928
Banco Citi	230760	21/11/2015	Capital de Giro	PRE FIX.	9,25%	1.345.008	-	56.096	1.341.710	59.394	-	-	-
Banco Citi	272611	23/10/2016	Capital de Giro	CDI - POS	3,66%	5.343.753	-	611.060	2.600.000	665.969	2.688.844	2.688.844	-
Banco Citi	312673	26/02/2017	Capital de Giro	CDI - POS	4,16%	1.348.560	-	196.952	460.053	163.161	922.298	554.256	368.042
Banco Itau	1906077019	11/04/2018	4131	CDI - POS	3,66%	-	9.084.708	3.356.879	1.514.118	313.112	10.614.357	4.367.232	6.247.125
Banco Itau	1922877012	17/05/2017	4131	CDI - POS	3,66%	-	16.527.337	3.878.236	4.131.834	-	16.273.739	10.936.082	5.337.657
Banco Itau			Conta Garantida	CDI - POS	7,40%	9.945.098	-	576.138	9.900.000	621.236	-	-	-
Banco Itau	Diversos	15/08/2021	Finame	PRE FIX.	6,00%	1.168.388	-	50.684	-	48.438	1.170.634	181.790	988.844
Banco Itau	Diversos	31/03/2016	Finame	PRE FIX.	6,00%	735.425	-	53.599	-	53.776	735.248	103.654	631.594
Banco Itau	Diversos	30/04/2016	Finame	PRE FIX.	6,00%	603.944	-	33.454	-	30.432	606.966	87.832	519.134
Banco Santander Bradesco	270696915 01334604-0	25/07/2016 26/04/2015	Capital de Giro Leasing	CDI - POS	4,78%	- 11.924	6.000.000 -	439.865 -	1.500.000 11.924	278.766 -	4.661.099 -	4.661.099 -	- -
Total geral						36.302.441	60.397.045	15.182.021	39.568.207	5.605.460	66.707.840	45.881.387	20.826.453
Circulante						(23.767.371)					(45.881.387)		
Não circulante						12.535.070					20.826.453		

As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm os seguintes cronogramas de vencimento:

Ano de vencimento:	2015	2014
2015	-	23.767.371
2016	45.881.387	9.338.056
2017	17.110.618	1.490.010
2018	2.487.056	447.006
2019	454.244	447.006
2020	454.245	447.006
2021	320.290	365.986
Total	<u>66.707.840</u>	<u>36.302.441</u>

Garantias

Abaixo demonstramos as garantias oferecidas pela Companhia por modalidades de empréstimos:

Modalidade	Garantia
Capital de giro	Aval Quatroefe e duplicatas (30%)
Finame	Garantidos pelos equipamentos

16 Debêntures a pagar

	2015	2014
Debêntures a pagar (passivo circulante)	33.073.672	139.885.245
(-) Custo de transação a incorrer	<u>(805.401)</u>	<u>(5.323.139)</u>
Total	<u>32.268.271</u>	<u>134.562.106</u>
Debêntures a pagar (passivo não circulante)	112.000.000	-
(-) Custo de transação a incorrer	<u>(3.714.531)</u>	<u>-</u>
Total	<u>108.285.469</u>	<u>-</u>
Total das Debentures a pagar	<u>140.553.740</u>	<u>134.562.106</u>

Em 16 de setembro de 2014, a Companhia efetuou a 1ª emissão de debentures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM 476. O valor unitário das debêntures é de R\$10.000, totalizando R\$134.000.000, feita com uma sindicalização de Bancos composta pelo Banco do Brasil, Banco Votorantim, Banco Bradesco e Banco Itaú, cujo mandatário foi o Banco do Brasil.

A Emissão de debentures no valor de R\$ 134.000.000,00 (cento e trinta e quatro milhões de reais), possui prazo para pagamento com carência de 18 (dezoito) meses e 66 (sessenta e seis) meses para amortização. Esses recursos agregados ao saldo anterior, ao aporte de capital dos acionistas e geração de caixa da Companhia foram integralmente utilizados na nova planta industrial.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, “*over extra grupo*”, expressa na forma percentual ao ano, calculada e divulgada pela CETIP, acrescidos de um spread equivalente a 4% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário.

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes no contrato de emissão de debentures como segue:

- Descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária previstas na Escritura de Emissão e/ou em qualquer Instrumento de Garantia relacionada às Debêntures, não sanado na respectiva data de vencimento;
- Decretação de falência da Emissora e Quatroefe, pedido de autofalência pela Emissora, pedido de falência da Emissora formulado por terceiros não elidido no prazo legal, pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- Extinção, liquidação ou dissolução da Emissora;
- Manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, inclusive as contribuições devidas ao PIS/PASEP, COFINS e FGTS.
- Enviar periodicamente aos Debenturistas, balanços, balancetes, informações sobre a Companhia.
- Ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora realize qualquer distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso (i) o Projeto não tenha entrado em operação; (ii) a Emissora esteja inadimplente com relação a qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e nos Instrumentos de Garantia, incluindo mas não se limitando ao Covenant Financeiro (conforme abaixo definido) e, (iii) o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, não observe o mínimo 1,2;
- O valor total do endividamento financeiro líquido da Companhia, em relação ao EBITDA anual não poderá ultrapassar os seguintes limites: em 2014 de 4,0x, em 2015 de 3,5x e de 2016 a 2019 de 3x.
- A Companhia não poderá ter declarado antecipado nenhuma dívida ou obrigação com valor igual ou superior à R\$ 5.000.000.
- A Companhia não poderá fazer alteração do objeto social que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticada e nem ter ocorrência de qualquer alteração no controle acionário direto ou indireto, sem a prévia e expressa anuência de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente para esse fim.

- A Companhia não poderá emitir títulos ou valores mobiliários representativos de dívida.
- Serão passíveis de penalidades por parte dos debenturistas: Se a Companhia efetuar investimentos em outras sociedades, emitir debêntures conversíveis em ações, celebrar ou amortizar contratos e mútuos, fazer cisão, fusão ou incorporação de ações, fazer redução de capital social, vender, locar ou ceder totalidade ou parte dos ativos, ter protestos de títulos com valor superior a R\$1.000.000 (um milhão de reais) e transformação de sociedade anônima para sociedade limitada.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia atende a todas as suas cláusulas contratuais restritivas.

17 Patrimônio líquido

Capital social

Conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária datada de 22 de abril de 2015, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R\$ 7.178.942 com o saldo de reserva de lucros, passando, portanto, o capital social de R\$ 88.340.459 para R\$ 95.519.401, sem emissão de novas ações.

- **Reserva de lucros**

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A destinação do saldo de reserva de retenção de lucros será deliberada segundo a proposta dos órgãos da Administração, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas que aprovar as demonstrações financeiras conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 08.

Dividendos

De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações será atribuído, em cada exercício, dividendo não inferior a 20% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76.

As bases dos dividendos podem ser assim demonstradas:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	10.614.292	8.743.345
(-) Constituição de reserva legal - 5%	<u>530.715</u>	<u>437.167</u>
(=) Lucro líquido ajustado	10.083.577	8.306.178
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	20,00%	20,00%
Dividendo mínimo obrigatório - 20%	2.016.715	1.661.235
(-) Juros sobre capital próprio, líquido IRRF	<u>-</u>	<u>533.999</u>
(=) Dividendos a pagar	<u>2.016.715</u>	<u>1.127.236</u>

18 Receita operacional líquida

	2015	2014
Receita bruta fiscal	260.259.530	140.989.529
Menos:		
Impostos sobre vendas	(64.424.429)	(34.200.293)
Devoluções e abatimentos	(4.678.794)	(681.619)
	<u>191.156.307</u>	<u>106.107.617</u>

19 Custo dos produtos vendidos

	2015	2014
Combustíveis/energéticos	48.597.833	25.549.880
Matérias primas	26.376.501	15.984.269
Mão de obra e encargos	18.989.041	13.716.038
Depreciações	11.666.993	3.895.017
Materiais de manutenção	3.853.352	2.470.323
Materiais de embalagens	5.606.167	1.895.217
Alimentação ao trabalhador	2.126.855	1.549.229
Assistência médica	1.247.033	989.953
Materiais auxiliares	4.106.426	894.514
Prestação de serviços	2.029.054	743.245
Materiais de uso e consumo	711.353	526.281
Materiais de segurança	243.927	239.706
Seguro de vida em grupo	55.451	42.769
Outros custos	808.003	2.771.319
	<u>126.417.989</u>	<u>71.267.760</u>

20 Despesas administrativas e gerais

	2015	2014
Despesas com pessoal	3.990.399	3.059.533
Benefícios sociais	1.292.553	1.217.775
Serviços de terceiros	754.968	576.947
Consumo de materiais	822.383	522.243
Energia elétrica	120.610	151.827
Despesas tributárias	51.899	105.575
Despesas com comunicações	60.775	71.980
Viagens e representações	64.065	69.815
Depreciação e amortização	177.713	56.732
Despesas indedutíveis	16.691	17.403
Outras despesas	455.387	389.365
	<u>7.807.443</u>	<u>6.203.195</u>

21 Despesas financeiras e receitas financeiras

	2015	2014
Receitas financeiras		
Receitas sobre aplicações financeiras	552.352	1.108.170
Ganhos com derivativos - <i>NDF's</i> (nota 23)	7.781.258	-
Ganhos com derivativos - <i>Swap</i> (nota 23)	1.893.799	-
Ajuste a valor presente fornecedores	169.167	-
Variação cambial positiva	353.717	1.416.066
Outros	302.447	649.993
	<u>11.052.740</u>	<u>3.174.229</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(36.482.580)	(16.192.310)
Variação cambial negativa	(10.630.228)	(2.167.703)
Descontos concedidos	(2.700.676)	(4.560)
Perdas com derivativos - <i>Swap</i> (nota 23)	(1.190.508)	-
Ajuste a valor presente clientes	(1.181.248)	-
Despesas bancárias	(69.500)	(201.863)
Despesas com cobrança	(12.593)	(26.269)
Juros/multa de mora	(289.858)	(21.655)
	<u>(52.557.191)</u>	<u>(18.614.360)</u>
Financeiras líquidas	<u>(41.504.451)</u>	<u>(15.440.131)</u>

22 Contingências

A Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avaliam as probabilidades de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, tributárias, cíveis e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras demandas administrativas e judiciais sobre as quais não foram constituídas provisões para fazer em face de eventuais perdas, tendo por base a orientação de seus consultores jurídicos, que classificam essas demandas como de provável ou possível êxito.

Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 1.590.193 em 2015 (R\$ 60.000 em 2014), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

23 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia e operações em conjunto estão apresentados e classificados conforme a seguir:

Vidroporto S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2015

31 de dezembro de 2015

	Valor contábil					Valor justo			
	Designados ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo									
Aplicações financeiras	-	-	225.948	-	225.948	-	225.948	-	225.948
Total	-	-	225.948	-	225.948	-	225.948	-	225.948
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo									
Caixa e equivalentes de caixa	18.765.770	-	-	-	18.765.770	18.765.770	-	-	18.765.770
Contas a receber de clientes	-	67.232.655	-	-	67.232.655	67.232.655	-	-	67.232.655
Outros créditos	-	2.923.287	-	-	2.923.287	2.923.287	-	-	2.923.287
Total	18.765.770	70.155.942	-	-	88.921.712	88.921.712	-	-	88.921.712

31 de dezembro de 2015

	Valor contábil					Valor justo			
	Designados ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo									
Debêntures a pagar	-	-	-	140.553.740	140.553.740	-	140.553.740	-	140.553.740
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	66.707.840	66.707.840	-	66.707.840	-	66.707.840
Total	-	-	-	207.261.580	207.261.580	-	207.261.580	-	207.261.580
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo									
Fornecedores	-	-	-	16.978.526	16.978.526	16.978.526	-	-	16.978.526
Outras contas a pagar	-	-	-	232.922	232.922	232.922	-	-	232.922
Total	-	-	-	17.211.448	17.211.448	17.211.448	-	-	17.211.448

Vidroporto S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2015

31 de dezembro de 2014

	Valor contábil				Valor justo				
	Designados ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo									
Aplicações financeiras	-	-	17.856.287	-	17.856.287	-	17.856.287	-	17.856.287
Total	-	-	17.856.287	-	17.856.287	-	17.856.287	-	17.856.287
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo									
Caixa e equivalentes de caixa	1.933.901	-	-	-	1.933.901	1.933.901	-	-	1.933.901
Contas a receber de clientes	-	44.269.761	-	-	44.269.761	44.269.761	-	-	44.269.761
Outros créditos	-	2.696.906	-	-	2.696.906	2.696.906	-	-	2.696.906
Total	1.933.901	46.966.667	-	-	48.900.568	48.900.568	-	-	48.900.568

31 de dezembro de 2014

	Valor contábil				Valor justo				
	Designados ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo									
Debêntures a pagar	-	-	-	134.562.106	134.562.106	-	134.562.106	-	134.562.106
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	36.302.441	36.302.441	-	36.302.441	-	36.302.441
Total	-	-	-	170.864.547	170.864.547	-	170.864.547	-	170.864.547
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo									
Fornecedores	-	-	-	17.781.167	17.781.167	17.781.167	-	-	17.781.167
Outras contas a pagar	-	-	-	691.409	691.409	691.409	-	-	691.409
Total	-	-	-	18.472.576	18.472.576	18.472.576	-	-	18.472.576

b. Mensuração do valor justo

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures a pagar possuem o valor justo que se aproximam do valor justo. Os contratos de *swap* são atualizados ao seu valor futuro, com base nas taxas e índices contratados, e descontados ao seu valor presente pelas taxas de Mercado divulgadas por fontes externas (BM&FBovespa), pelo prazo a decorrer.

Em nenhum ano, a Companhia efetuou transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco de moeda
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

d. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia que identifica, avalia e procura minimizar os riscos financeiros resultantes das atividades comerciais e operacionais, em conjunto com a diretoria. As estratégias tomadas referentes aos endividamentos são discutidas e aprovadas em reuniões mensais do conselho de administração. As demais estratégias tomadas são apresentadas na Assembleia de acionistas que tomam ciência das decisões tomadas. A

diretoria estabelece as diretrizes para o futuro, baseadas, principalmente, no planejamento de produção e nas estratégias de comercialização.

As políticas de gestão de risco, embora não formalmente documentadas, refletem os princípios para a gestão de risco definidos pelo conselho de administração e diretoria.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A Companhia não exige garantias com relação à 'Contas a receber e outros recebíveis.

Em 31 de dezembro de 2015, os clientes mais relevantes da Companhia, representado por 4 clientes, são responsáveis por R\$ 52.568.426 do saldo contábil de 'Contas a receber de clientes, o que representa 78% do saldo total do seu contas a receber.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos	Nota	2015	2014
Caixa e bancos	8	18.767.850	1.935.937
Aplicações financeiras	8	225.948	17.856.287
Contas a receber no país	9	<u>67.232.655</u>	<u>44.269.761</u>
Total		<u>86.226.453</u>	<u>64.061.985</u>

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza o custeio baseado em atividades para precificar seus produtos, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um longo período, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	16.978.526	16.978.526	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	66.707.840	45.881.387	17.110.618	3.395.545	320.290
Debêntures a pagar	140.553.740	32.268.271	46.776.703	46.776.703	14.732.063
Outras contas a pagar	232.922	232.922	-	-	-

	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	17.781.167	17.781.167	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	36.302.441	23.767.371	9.338.056	2.384.022	812.992
Debêntures a pagar	134.562.106	134.562.106	-	-	-
Outras contas a pagar	691.409	691.409	-	-	-

(iii) Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas relativas as oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Os ativos e passivos expostos a variações das taxas de juros são os seguintes:

	Nota	2015	2014
Aplicações financeiras	8	225.948	17.856.287
Empréstimos e financiamentos e Debêntures a pagar	15 e 16	<u>(207.261.580)</u>	<u>(170.864.547)</u>
Déficit apurado		<u>(207.035.632)</u>	<u>(153.008.260)</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variação cambial e de taxas de juros que está exposta considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2015.

Desta forma o quadro abaixo demonstra a situação do efeito da variação da taxa de juros no resultado futuro:

	Cenário I		Cenário II				Cenário III				
	Taxa	Saldo	Incremento		Deterioração		Incremento		Deterioração		
			Taxa	Saldo	Taxa	Saldo	Taxa	Saldo	Taxa	Saldo	
Empréstimos e Financiamentos											
Finame (TJLP)	6,00%	2.549.294	7,50%	191.197	4,50%	114.718	9,00%	229.437	3,00%	76.479	
Capital de giro (CDI)	12,00%	64.158.546	15,00%	9.623.782	9,00%	5.774.269	18,00%	11.548.538	6,00%	3.849.513	
Debêntures	17,00%	145.073.672	21,25%	30.828.155	12,75%	18.496.893	25,50%	36.993.786	8,50%	12.331.262	
Efeito Líquido				40.643.134		24.385.880		48.771.761		16.257.254	

(iv) Risco de moeda

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Ao longo do exercício a Companhia contratou operações relativas a instrumentos financeiros como *hedge* para tais fins.

(v) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

	2015	2014
Total do passivo	249.626.158	203.936.722
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(18.993.798)</u>	<u>(19.792.224)</u>
Dívida líquida (A)	<u>230.632.360</u>	<u>184.144.498</u>
Total do patrimônio líquido (B)	125.099.139	116.501.562
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	1,84	1,58

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta ao risco cambial do fluxo de caixa futuro em moeda estrangeira, devido à captação de empréstimos em moeda estrangeira. Com o objetivo de mitigar este risco, a Companhia adota procedimentos de cobertura baseada na exposição cambial calculada pelo valor dos empréstimos em moeda estrangeira.

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia:

Derivativos	Compra/Vendido	Mercado	Contrato	Vencimento	Nocional (US\$)	Valor justo (R\$)
Termo	Comprado	CETIP	NDF	22/01/2016	297.400	293.601
Termo	Comprado	CETIP	NDF	22/04/2016	294.606	317.717
Termo	Comprado	CETIP	NDF	20/07/2016	289.703	330.090
Termo	Comprado	CETIP	NDF	18/10/2016	285.947	340.545
Termo	Comprado	CETIP	NDF	17/01/2017	282.098	352.074
Termo	Comprado	CETIP	NDF	17/04/2017	277.700	361.631
Termo	Comprado	CETIP	NDF	17/07/2017	273.760	372.046
Termo	Comprado	CETIP	NDF	13/10/2017	269.178	380.375
Termo	Comprado	CETIP	NDF	11/01/2018	265.330	385.754
Termo	Comprado	CETIP	NDF	11/04/2018	261.207	394.945
Termo	Comprado	CETIP	NDF	23/05/2016	1.409.015	1.283.997
Termo	Comprado	CETIP	NDF	18/11/2016	1.373.066	1.419.295
Termo	Comprado	CETIP	NDF	17/05/2017	1.338.477	1.549.189
					6.917.487	7.781.258
Ativo circulante						<u>(3.985.245)</u>
Ativo não circulante						<u>3.796.014</u>

Os acionistas aprovaram a contratação de contrato de *swap*, com o mesmo prazo de duração dos contratos de empréstimos com o objetivo de trocar a remuneração por uma taxa equivalente ao CDI.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia designou os instrumentos financeiros derivativos de *swap* para a cobertura de risco de taxas, conforme demonstrado:

Derivativo	Nocional	Ponta ativa % a.a.	Ponta passiva % a.a.	Mercado	Vencimento	31/12/2015
Swap	3.000.000	Δ US\$ + Spread	100,00% do CDI	CETIP	17/10/2017	(1.190.508)
Swap	5.000.000	Δ US\$ + Spread	100,00% do CDI	CETIP	27/01/2016	1.893.799
						703.291
Ativo circulante						<u>1.893.799</u>
Passivo circulante						<u>(1.190.508)</u>

Impacto no resultado

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas oriundos dos instrumentos financeiros derivativos no resultado do exercício. Desta forma, os impactos contabilizados no resultado foram de:

Derivativo	Mercado	Risco	Referência	31/12/2015
NDF	CETIP	Dólar	(nota 21)	7.781.258
Swap	CETIP	CDI	(nota 21)	(1.190.508)
Swap	CETIP	CDI	(nota 21)	1.893.799
				8.484.549
(-) IR/CS diferidos				<u>(2.884.747)</u>
Efeito líquido no resultado da Companhia				<u>5.599.802</u>

24 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia, saldos em poder de banco e aplicações financeiras de curto prazo.

b. Ativo imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia adquiriu ativo imobilizado ao custo total de R\$ 22.044.479 (R\$ 114.358.180 em 2014), dos quais R\$ 2.355.562 (R\$ 4.281.591 em 2014) encontram-se em aberto na rubrica de fornecedores, não afetando o caixa da Companhia. Pagamentos em caixa de R\$ 19.688.917 (R\$ 110.076.589 em 2014) foram feitos para aquisição de imobilizado.

25 Aspectos ambientais

As instalações da Companhia são sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamentos. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.